

## Seminário Juventude e Defesa

### Um ano após 11 de Setembro: o que mudou em Portugal e no Mundo

#### O que mudou na política de segurança interna portuguesa no post-11 de Setembro

Vera Lúcia Arreigoso, *Expresso*

José Pestana, do Gabinete de Assuntos Europeus do Ministério da Administração Interna (MAI), Nuno Severiano Teixeira, docente da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH/UNL) e ex-ministro da Administração Interna, e Jorge Costa, do Bloco de Esquerda, foram as três vozes ouvidas sobre as alterações à política de segurança interna após os atentados terroristas nos Estados Unidos. A par da pertinência das suas intervenções foi, contudo, na assistência que surgiu o pensamento mais ilustrativo. Os convidados do painel não conseguiram centrar-se, exclusivamente, na realidade portuguesa porque, na verdade, foi das que menos mudou com o 11 de Setembro.

A aparente normalidade do país é para José Pestana fruto de um “passado que permitiu criar instrumentos que antecipam as medidas que alguns países estão agora a aprovar”. Quer isto dizer que o nosso país tem uma noção muito própria do terrorismo por força dos fenómenos ocorridos nos anos 80. Foi esse conhecimento que esteve na origem do Serviço de Informações de Segurança e do Gabinete Coordenador de Segurança do MAI ou da Direcção Central de Combate ao Banditismo da Polícia Judiciária. Contudo, tal legado não impediu a recente ratificação por Portugal de duas convenções das Nações Unidas contra o terrorismo. José Pestana recordou ainda que o 11 de Setembro serviu também para reconhecer a necessidade de proceder ao sistema de informação da República, de definir medidas concretas para articular as forças de segurança e de desenvolver um sistema integrado de comunicação.

No âmbito europeu, o orador salientou a aprovação de um plano abrangente contra o terrorismo - que passa pela definição comum de acto terrorista, por sanções penais similares e pelo mandato de captura europeu -, o reforço da Europol e de um núcleo duro de chefes das polícias e Protecção Civil. E incluiu ainda a criação de um plano europeu contra ameaças Nucleares, Radiológicas, Biológicas e Químicas (NRBQ). Ainda assim, o representante do MAI não se escusou a salientar que “a actual situação não pode criar um oportunismo que privilegie a segurança em detrimento dos direitos fundamentais”. O princípio de que “em tempo de guerra não se limpam armas” deve ser questionado e a “«islãomofobia» evitada”.

Ministro da Administração Interna à data dos atentados contra as torres gémeas, Nuno Severiano Teixeira preferiu destacar que “mais importante do que as alterações fundamentais que já estavam em curso foi o aceleração e a maior visualização internacional” que estes actos tiveram. “A morte em directo e em tempo real alterou a própria percepção do que é a segurança e a estratégia de combate às ameaças”, disse o ex-ministro. Esta novo entendimento da segurança é a reacção inevitável face a um ataque em que não foi utilizado nenhum meio militar e cujo número de vítimas ( três mil pessoas) foi igual ao de ano na Guerra do Vietname. Para Nuno Severiano Teixeira trata-se de uma nova concepção de terrorismo para o qual os Estados não estão preparados.

O 11 de Setembro revela um modus operandi que “procura uma maximização da capacidade de matar, com disposição para morrer. Os grupos terroristas têm uma organização privada que opera em forma de rede internacional, conseguindo uma actuação desterritorializada, e possuem uma geometria variável de procedimentos e meios - do carro armadilhado aos aviões comerciais”. Face a este novo tipo de ameaça, a prevenção e a cooperação internacional são,

no entender do professor da FCSH/UNL, o melhor contra-ataque. Daí que Portugal tenha optado por responder aos atentados em coordenação com os Quinze. Mas, o então ministro da Administração Interna não esqueceu de recordar: “Houve uma incapacidade para encontrar uma posição una entre todos os Estados membros no apoio aos norte-americanos e foi de um instrumento da segurança interna - o espaço de liberdade, segurança e justiça - que saiu a resposta mais eficaz e coerente”.

Um episódio que levou Nuno Severiano Teixeira a deixar no ar várias reflexões. Deve-se abdicar da liberdade pela segurança? Para existir liberdade será necessária mais segurança? Como se faz a articulação entre as polícias e as forças armadas, quem comanda? Apesar de não ter respondido às dúvidas que lançou, o ex-ministro do Governo socialista deu algumas pistas. Hoje, existe uma transnacionalização da segurança cujo efeito imediato é a diluição da fronteira entre a segurança interna e externa. Por isso, a segurança no interior de cada Estado terá de ser transversal e não poderá manter-se limitada às polícias.

Mais crítico, o representante do Bloco de Esquerda, Jorge Costa, pautou a sua intervenção reforçando a ideia geral de que “Portugal não é o exemplo das grandes mudanças post-11 de Setembro”. Ainda assim, Jorge Costa afirmou que o país segue a política europeia pautada pelo reforço da vigilância sem a preocupação de criar um quadro jurídico europeu. Como exemplos do enfoque dado ao «policimento» foram citados o exército europeu, o reforço da Europol, a celeridade na extradição e o mandato de captura europeu. Jorge Costa salientou com particular criticismo a possibilidade que agora existe de extraditar um prisioneiro para um país onde vigora a pena de prisão perpétua e a alteração à inviolabilidade nocturna do domicílio, consagrada desde o 25 de Abril.

Além destas orientações, o orador enunciou também as recentes alterações feitas à lei da imigração e à própria revisão constitucional. Em suma, Jorge Costa foi peremptório ao afirmar que este conjunto de medidas “retiraram liberdades para aumentar a segurança”. Um risco que foi consensual entre os três intervenientes no painel e que teve a sua melhor expressão numa metáfora do membro do Gabinete de Assuntos Europeus do MAI, José Pestana: “Para encontrar a agulha não se pode puxar fogo ao palheiro”.